




Especialização em Saúde da Família - Modalidade a Distância


Emenda Constitucional n.º 29





A Emenda Constitucional n.º 29 – EC 29, aprovada no final do ano 2.000, contribuiu para estabelecer de forma mais clara e concreta a responsabilidade das três esferas de governo pelo financiamento do SUS. A EC nº 29 alterou vários artigos da Constituição Federal (Art. 34, 35, 156, 160, 167 e 198) e acrescentou um artigo ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, visando assegurar os recursos mínimos para o financiamento das ações e serviços públicos de saúde no país.

Pela EC 29 ficou definido que a União corrigiria anualmente o orçamento federal destinado à saúde pela variação nominal do Produto Interno Bruto – PIB. Os estados ficaram obrigados a alocar, na função saúde, um percentual mínimo da receita líquida de impostos e transferências constitucionais e legais, estabelecido em 12%. Os municípios assumiram a responsabilidade de utilizar pelo menos 15% das suas receitas líquidas em saúde.



Ficou definido na Constituição que a cada cinco anos, por meio de Lei Complementar, o financiamento do SUS deverá ser reavaliado. No caso de não haver a edição de lei, os critérios válidos continuarão os estabelecidos na própria EC n.º 29.

Por conta desse dispositivo constitucional, há vários anos (desde 1996, pelo menos), uma grande luta é travada no Congresso Nacional, buscando-se através da regulamentação da Emenda Constitucional 29, um novo arranjo federativo que permita ampliar os recursos para o financiamento do SUS, a ser feito com a ampliação do financiamento federal, e pelo esclarecimento definitivo do conceito de gasto em saúde, hoje usurpado para usos indevidos por muitos estados e municípios.